

Contributo para Site IFSC

Portugal 2020

Portugal Qualificado

Um caminho para a Mudança no Ensino Português

Todos os estudos internacionais evidenciam o atraso relativo em que se encontra o sistema de ensino português. Estamos nos primeiros lugares no esforço de despesa pública (no ensino básico e secundário), mas paradoxalmente, não saímos da cauda ao nível dos resultados.

Vale a pena, como tal, questionarmos as raízes desta realidade.

Detendo-nos especificamente sobre o ensino não superior, o problema estrutural reside, na minha óptica, na concepção de um sistema único, fortemente centralizado, sem espaço para afirmação criativa e diferenciadora. Acresce que este modelo vigente tem imposto às nossas escolas uma preocupante falta de exigência e uma irresponsável tolerância com a indisciplina.

Impõe-se uma mudança de paradigma. Não se advoga mais uma reforma, daquelas que têm caracterizado a “educação” na nossa história democrática e que, inevitavelmente, têm caído na inércia da máquina burocrática. Aqui defende-se uma alteração profunda assente no princípio da igualdade de oportunidades.

O primeiro passo deve passar pela absoluta intransigência com qualquer situação de indisciplina ou violência. A escola deve ser um espaço de formação cívica e não um recreio para delinquentes.

Em segundo lugar, apostar na autonomia das escolas, libertando-as das amarras castradoras do Monstro (leia-se Ministério da Educação). Só com escolas livres, verdadeiramente integradas nas suas comunidades envolventes,

com lideranças fortes, com projectos educativos próprios, com formações diversificadas, com modelos de gestão flexíveis e com capacidade para, por si, escolherem o seu corpo docente e as suas prioridades orçamentais.

Por último, é fundamental um reforço do papel regulador e avaliador do Estado. Um sistema baseado na autonomia das escolas carece de uma eficaz intervenção pública, preferencialmente, de uma forma que contorne as salutares alternâncias próprias da democracia. O caminho deve passar pela busca de um consenso, tão amplo quanto possível, em torno da criação de uma entidade independente responsável pela avaliação de todo o sistema, que fuja a ingerências e oscilações de todo desaconselháveis, a bem da estabilidade e fiabilidade do sistema de ensino. Uma entidade com competências, desde logo, ao nível da avaliação externa dos alunos, com o incremento de mais exames nacionais (a mais disciplinas e, pelo menos, no final de cada ciclo). Mas também com responsabilidades na geração de um imprescindível sistema de avaliação das escolas, na apreciação e reformulação dos programas e curricula, assim como na certificação dos manuais escolares e das habilitações dos professores.

Sintetizando, lamenta-se que o debate sobre a “educação” no nosso País, se situe tantas vezes fora do seu âmago. Eleva-se o acessório a primeiro plano, olvidando a necessária e urgente mudança de paradigma. Sem este passo, o País não deixará de continuar a empobrecer e a hipotecar o futuro das novas gerações que, desafortunadamente, confrontar-se-ão com os exigentes desafios do Século XXI.

Pedro Duarte

16 de Dezembro de 2008